

## APRESENTAÇÃO

Este número de *Perspectivas*, de certa forma, representa uma retomada. Depois de quase trinta anos de existência, a revista encontra-se num amplo processo de revisão em seu *modus operandi*. Criada em 1976, no mesmo ano de constituição da UNESP e num contexto de fortes restrições das liberdades públicas, *Perspectivas* funcionou durante vários anos como uma espécie de desaguadouro da inquietação intelectual de cientistas sociais, da UNESP e de fora dela, preocupados com a democratização do país. No entanto, a rotinização da vida democrática, o intenso processo de institucionalização das atividades científicas – com o conseqüente aumento das exigências para a realização do trabalho intelectual – e a imposição de uma lógica de competitividade crescente na avaliação dos periódicos científicos levaram a que no âmbito da UNESP se estabelecesse uma política de revisão de suas publicações, objetivando sua adequação a essas novas condições. Através da constituição do Comitê para Avaliação de Periódicos Científicos (CEPEC), em 2002, procurou-se estabelecer um conjunto de regras e iniciativas com a finalidade de tornar as revistas da UNESP mais condizentes com o padrão de rigor exigido nas publicações internacionais. Dentre as medidas adotadas, deve-se destacar a semestralização de todos os periódicos, a ampliação de sua abrangência e a utilização de parâmetros de arbitragem de artigos de acordo com as regras do sistema Scielo.

Para satisfazer tais exigências, que no nosso caso envolviam alterações no próprio processo de produção gráfica da revista, os responsáveis por *Perspectivas* tomaram a decisão de suspender a publicação durante o ano de 2004, justamente para se evitar qualquer improvisação e com a finalidade de organizar o processo de produção da revista em moldes mais profissionais. Cremos que com este número podemos considerar que tal finalidade foi atingida e que, doravante, *Perspectivas* – produzida em novas bases – poderá continuar honrando a UNESP e a sua história de já quase três décadas.

Este número está centrado numa discussão sobre problemas políticos contemporâneos. Inicia-se com um instigante texto de Christina W. Andrews no qual a autora, contrariando o *mainstream*, procura revisar

importantes aspectos metodológicos das chamadas *policy sciences*, ou seja a versão aplicada da ciência política de matriz norte americana. Utilizando-se da teoria social de J. Habermas como referência teórica, a autora recoloca a teoria do conhecimento como uma dimensão fundamental para o estudo das políticas públicas. Mostra também que foi a abordagem positivista a que prevaleceu nas pesquisas orientadas por este ramo do conhecimento nas últimas décadas, com conseqüências bastante sérias, já que tais estudos teriam incorrido reiteradamente num processo de reificação.

O texto seguinte, de Leonardo Barbosa e Silva, concentra-se na análise de um conjunto de medidas (políticas públicas) adotadas durante os governos de Fernando Henrique Cardoso com a justificativa de se realizar uma ampla reforma de Estado, mas que teriam se realizado de um modo bastante limitado. Na avaliação do autor, o projeto de reforma – ainda que justificado em nome da eficiência e da racionalidade - teria se mantido restrito a um horizonte fiscalista, reproduzindo com isso as deficiências do serviço público. Ou seja, as medidas previstas pelo projeto de reforma, por não se universalizarem, não ganharam corpo e nem se articularam num conjunto de iniciativas que de fato pudessem se consubstanciar numa efetiva reforma democrática do Estado.

O artigo de André Roberto Martin, professor de geografia política da Universidade de São Paulo, enfrenta o intrincado tema do federalismo. Questão decisiva na história brasileira do século XX, o federalismo é tratado aqui em sua relação com o tema do “regionalismo”. O autor procura questionar o movimento pendular que tem marcado a história republicana, ora centralizando excessivamente o poder na burocracia federal ora conferindo grande autonomia aos governos estaduais. Em sua interpretação os dois movimentos revelam um bloqueio na representatividade do sistema político do país, já que numa situação há o reforço do poder oligárquico dos senhores de terra e na outra o governo central, para favorecer determinados setores do empresariado industrial, subtrai poder das frações “periféricas” das classes dominantes. Para o autor, o desafio colocado é o de ampliar a representação das camadas subalternas, o que exige uma manobra geopolítica de reordenamento territorial.

Marcia Teixeira de Souza aborda um tema de grande importância e complexidade: a proposta de reforma do Poder Judiciário no âmbito da Câmara dos Deputados. Concentrando-se no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, a autora resgata a discussão ocorrida na Câmara dos Deputados sobre a Reforma do

Judiciário, tendo como ponto de partida o desenho constitucional elaborado pelos constituintes em 1988. Sua abordagem enfatiza que, por comporem um segmento profissional extremamente bem organizado, os operadores do Direito criaram grande controvérsia com relação aos termos propostos para a reforma, contribuindo com isso para ampliar as dificuldades políticas de alteração constitucional.

A agenda de gestão urbana no Brasil dos anos 1990 é o objeto do artigo de Antônio Sérgio Araújo Fernandes. Com base nos casos de Salvador e Recife, o autor procura entender os fatores que geraram processos absolutamente distintos na implementação de políticas semelhantes de urbanização nessas duas capitais. O foco do texto concentra-se na questão da participação social e na parceria público-privado como os elementos chave, que explicam as diferenças entre essas duas capitais.

Por fim, neste número de *Perspectivas*, publicamos dois artigos que se concentram nas relações entre cultura e política. O primeiro, de Antonio Pedro Tota, trata das relações entre o Brasil e os EUA durante o período da chamada “guerra fria”. Dando prosseguimento a suas pesquisas na área, o autor enfoca a política cultural anticomunista encabeçada pelos Estados Unidos da América para mostrar que o Brasil, embora não fosse o parceiro preferencial dos americanos, seria um foco de preocupação permanente de sua política externa. Através de um conjunto de iniciativas culturais, os EUA proclamavam a superioridade do liberalismo e do capitalismo sobre o modelo soviético, criticando também as políticas estatizantes e nacionalistas dos governos da América Latina.

O último artigo, de Rogério Baptistini Mendes, trata da figura de Getúlio Vargas e do desenvolvimento nacional. Defendendo tese polêmica, Baptistini acompanha a relação que se estabelece entre Vargas, desde sua ascensão ao poder em novembro de 1930, e o ambíguo processo de desenvolvimento econômico, político e social que se seguiu. Para o autor, é impossível compreender a industrialização e a construção do Brasil moderno sem que se reconheça o papel determinante exercido por Getúlio Vargas. Tal posição o coloca num diapazão crítico bem distante daquelas vertentes que intelectualmente desqualificam a Era Vargas – ao chamá-la de populista – e/ou pretendem enterrá-la para reiniciar, em novas bases, a história do país. Ou seja, fechando este número encontra-se um texto polêmico que expressa a característica crítica que está presente na história da *Perspectivas*.

O Diretor